ABC DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Cartilha de orientação para os responsáveis dos adolescentes do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro
# Sumário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Seção</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apresentação</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>O Que é? Como Surgiu?</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Expansão Nacional da AMAR</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Missão da AMAR nacional:</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Diretrizes da AMAR nacional</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>AMAR/RJ</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>O projeto</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Ações</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Seu filho começou um processo socioeducativo? Aqui vai o passo à passo</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Na delegacia</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Apreensão do adolescente</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Comunicação da apreensão</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Privação de liberdade do adolescente</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Possibilidades de encaminhamento</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Medidas socioeducativas que podem ser aplicadas pelo juiz</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Advertência</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Obrigaçáo de reparar o dano</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Prestação de serviço a comunidade (PSC)</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>Liberdade assistida (LA)</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>Semiliberdade</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>Internação</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>Internação-sanção</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Observações importantes para visitar os/as adolescentes</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Telefones e endereços úteis</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Unidades de Internação</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Unidades de Semiliberdade</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>Telefones degase</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Rede de serviços para atendimento</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Contatos</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>Realização</td>
<td>23</td>
</tr>
<tr>
<td>Apoio</td>
<td>23</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Apresentação

Associação das Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR)

O Que é? Como Surgiu?

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público constituída em 1998 por um grupo de mães dispostas a denunciar e combater as sistemáticas violações de direitos a que seus filhos eram submetidos durante o cumprimento de medida socioeducativa na antiga FEBEM/SP (atualmente Fundação CASA).

A organização tem como público alvo a criança, o adolescente e seus familiares, atuando na prevenção do ato infracional e orientação sobre as medidas socioeducativas.

A iniciativa de criar a Associação das Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR) foi oriunda de Conceição Paganeli, após acompanhar de perto o drama de um de seus seis filhos. Dependente de crack e envolvido com traficantes da região onde morava, passou a praticar atos infracionais equivalentes ao roubo, sendo internado na antiga FEBEM (atualmente Fundação CASA).

Conceição procurou sem sucesso por diversas vezes auxílio dos órgãos públicos para o tratamento do filho, antes mesmo do cometimento do ato infracional que provocou a sua internação em 1998. O jovem foi privado de liberdade na Unidade de Internação Imigrantes, conhecida nacionalmente pelas grandes rebeldes ocorridas naquele ano e que culminou com a morte de várias pessoas, ocasionando a desativação pelo Governo do Estado de São Paulo.

Por onde passava, Conceição percebia o descaso das autoridades em relação à situação daqueles jovens e de seus familiares. E foi sem conhecimento do funcionamento da Justiça da Infância e da Juventude e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que Conceição, empenhada em reduzir o sofrimento de
outras famílias que porventura se deparassem com um caminho semelhante, pas-
sou a dedicar-se a causa. Ela agregou forças à outras pessoas sensibilizadas com
a questão para fundar, em 1998, a AMAR.

**Expansão Nacional da AMAR**

Devido ao trabalho pioneiro realizado pela AMAR em São Paulo e a necessidade
de mobilizar e capacitar as famílias frente à violência institucional das unidades
de internação do Brasil, iniciou-se um processo de expansão nacional da AMAR.

A criação da AMAR em outros estados se deu graças ao investimento na formação
e capacitação de pessoas, em sua maioria familiares de adolescentes em cumpri-
mento de medida de internação.
Missão da AMAR nacional:

- Promover a participação dos familiares e da comunidade no acompanhamento do cumprimento das medidas socioeducativas preconizadas pelo ECA. Além disso, tem o objetivo de ampliar e garantir a participação dos familiares e da comunidade na ressocialização de jovens que se encontram em situação de risco pessoal ou social.

- Controle da execução das medidas socioeducativas preconizadas pelo ECA e reinserção de adolescentes em conflito com a lei na comunidade.

- Monitoramento da situação das unidades de internação e semiliberdade com encaminhamento e acompanhamento de denúncias.

- Articulação da rede de serviços na comunidade.

- Parcerias com diversas instituições para realização de projetos e atividades em prol do adolescente em conflito com a lei.

Diretrizes da AMAR nacional

- “A AMAR é uma organização primordial dos familiares de adolescente em risco, devendo a gestão e condução da AMAR ficar sob responsabilidade das famílias”.

- “A AMAR tem como objetivo principal e foco de atuação, o atendimento aos familiares dos adolescentes em risco”. Especialmente daqueles em cumprimento de medida socioeducativa.

- “A AMAR deve buscar parcerias com o poder público e com outras organizações da sociedade civil, mantendo sua autonomia”.

- “A AMAR deve manter sempre, e de forma autônoma, o caráter de fiscalização e denúncia de violações dos direitos das crianças e adolescente, independentemente das parecerias que tiver”.
No Rio de Janeiro a AMAR surgiu de uma breve reunião no Centro de Articulação de PopulaçãoMarginalizada (CEAP) entre algumas mães de adolescentes internos em unidades socioeducativas da capital e de outros municípios, com a liderança de Valéria Gomes.

“Revoltada por uma causa maior. Foi aí que comecei a militar. Por me sentir culpada e me questionar ‘onde errei?’ E ver uma ressocialização que não acontecia.”

Valéria Gomes

Valéria teve um filho que ingressou no sistema socioeducativo em 2001. Na época, ela começou a questionar os métodos de reeducação e o tratamento dado aos adolescentes, mas não tinha consciência da dimensão de seu poder como mãe. Quando seu filho foi internado pela segunda vez, ela se associou a outras mães e decidiu canalizar este sentimento.

Seu filho foi mais uma vez preso, naquela época ele já era maior de idade. Quando foi visitá-lo na casa de custódia encontrou outros adolescentes que haviam cumprido
medida de internação com ele. Depois de um tempo afastada, Valéria Gomes se deparou novamente com a ineficiência do sistema socioeducativo. Foi a partir daí que procurou a AMAR de São Paulo e passou a liderar a filial do RJ. Tendo atualmente parceria efetuada com a Coordenadoria de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública (CDEDICA), Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (NOVO DEGASE), Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Dom Luciano Mendes (São Martinho), Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CEDECA RJ), Rio Solidário e a Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei (RENADE).

A AMAR trabalha com os familiares na prevenção de atos infracionais da violência nas comunidades, pois entende que dando suporte à família evita que os adolescentes sejam inseridos no sistema socioeducativo.

“A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.”

Art. 205 da Constituição Federal / 1988

A AMAR RJ desenvolve um Programa de orientação, capacitação para o mercado de trabalho e auxílio às famílias destes adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. O Programa atende aos familiares dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação, liberdade assistida, semiliberdade entre outras que necessitam de um apoio para ajudarem seus filhos a deixar a “situação de risco” em que se encontram.

A prevenção foi a pauta do ano de 2012, e está sendo um objetivo primordial da AMAR/RJ nos anos consecutivos, por meio da realização de atividades com crianças da Comunidade da Mangueira, Jacarezinho, do Bairro de Benfica/RJ e Cidade de Deus. As atividades que serão desenvolvidas envolvem a formação de grupos para discutir os direitos, deveres, cidadania, violência e uso de drogas, com aulas de reforço escolar e informática.
A AMAR/RJ tem como missão promover e fortalecer a atuação dos familiares e da comunidade no acompanhamento da execução das medidas socioeducativas, visando não só o controle social, eixo fundamental no Sistema de Garantia de Direitos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como também a inserção comunitária, atuando também, na prevenção de atos infracionais.

Como já foi dito, a Associação atua no monitoramento da situação das unidades de internação e semiliberdade do DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro – no encaminhamento e acompanhamento de denúncias e articulação da rede de serviços na comunidade.

O projeto

Com o projeto Protagonismo das Famílias e Cumprimento dos Novos Direcionamentos das Medidas Socioeducativas, a Associação busca o respeito aos direitos da criança e do adolescente em situação de risco na cidade do Rio de Janeiro, por meio do acompanhamento das políticas públicas.

Fiscalizar o Estado, apoiar e orientar as mães e fortalecer a ação coletiva no controle das medidas socioeducativas nas unidades de internação do Rio de Janeiro, são as atividades propostas de ação para garantir o cumprimento do ECA.

Denúncias e ações judiciais podem ser realizadas pela AMAR/RJ para que haja efetividade de resultados no processo socioeducativo e para que aumentem as chances de reinserção do adolescente na sociedade. A proposta é que as ações levem ainda à diminuição das taxas de reincidência e consequente diminuição da violência.

Ações

Também estão entre as atividades, oficinas de capacitação para a comunidade, com temas diversos como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Direitos Humanos. Os familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa participam de oficinas de reflexão que incentivam a resolução de conflitos e recebem suporte através de visitas domiciliares da AMAR/RJ.

As parcerias com diversas instituições asseguram a realização desses e outros projetos e atividades em prol do adolescente em situação de prática de ato infracional.
A AMAR/RJ tem como atividade fundamental a realização de visitas aos adolescentes junto com os familiares nas Unidades do DEGASE, dando visibilidade a organização, tais quais:

- **CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO GELSO DE CARVALHO AMARAL (CENSE – GCA):** Unidade do DEGASE de triagem.

- **CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DOM BOSCO:** Ilha do Governador, visitas aos sábados – centro de socioeducação de meninos, internação provisória.

- **EDUCANDÁRIO SANTO EXPEDITO (ESE):** Bangu, visitas aos sábados e domingos – meninos, internação.

- **ESCOLA JOÃO LUIZ ALVES (EJLA):** Ilha do Governador, visitas as quartas – meninos, internação provisória e aos sábados internação.

- **CENTRO DE ATENDIMENTO INTENSIVO BELFORD ROXO (CAI BAIXADA):** Belford Roxo, visitas as quartas – meninos, internação provisória e aos sábados internação.

- **CENTRO SOCIOEDUCATIVO PROFESSOR ANTONIO CARLOS GOMES DA COSTA:** Ilha do Governador, visitas de segunda a sábado – meninas, internação provisória.

- **E nos CRIAAD’s:** Unidades de semiliberdade

Efetuamos igualmente acolhida das famílias após as visitas às unidades de internação, nos Fóruns e em outros locais. Realizamos também ações de panfletagem e sensibilização.

**CASA DE ACOMHIMENTO *DEBORAS* CAI-BAIXADA**

**VISITA NO EJLA**
Em 2013, o CEDECA-RJ em parceria com a AMAR-RJ formou uma turma de mães na oficina de costura.

Atualmente a AMAR RJ está com o objetivo de criar a COOPERATIVA DE MÃES, para dar sustentabilidade às famílias em risco econômico. Promovendo cursos para as mesmas e as preparando para serem inseridas nesta cooperativa.

“Estamos trabalhando com a prevenção e com familiares e comunidades, pois entendemos que dando suporte às famílias evitaremos que nossos adolescentes sejam inseridos no sistema socioeducativo”.

Valéria Gomes, presidente da AMAR RJ

Para 2015, está em processo de construção o Salão de Beleza Escola, que servirá como formação profissional aberto para o público da comunidade de Benfica.
Seu filho começou um processo socioeducativo? Aqui vai o passo a passo:

O artigo 103 do ECA considera o ato infracional como uma conduta descrita como crime ou contravenção penal, e o artigo 110 do mesmo Estatuto estabelece que: “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal”

Logo após o adolescente ser apreendido, ele será conduzido à Delegacia de Polícia mais próxima do local de sua apreensão ou para a Delegacia Especializada (DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente).

A DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente é competente para fiscalizar, investigar e instaurar inquérito e procedimentos policiais para apreender e apurar as infrações cometidas por adolescentes que cometem atos infracionais.

**NA DELEGACIA**

Diante do comparecimento dos responsáveis na delegacia, dependendo da gravidade do ato infracional e dos aspectos pessoais, o adolescente deve ser liberado pela autoridade policial sob um termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público no mesmo dia ou no primeiro dia útil imediato. (Artigo 174 do ECA).

Não havendo unidade específica de atendimento ao adolescente em conflito com a lei na região, o adolescente deve ser transferido imediatamente para a localidade onde tiver mais próxima (artigo 185, §1º do ECA). Se isso não for possível, o adolescente deve aguardar a sua transferência em estabelecimento policial, separado dos adultos e com instalações adequadas, pelo prazo máximo de 05 dias (artigo 185, §2º do ECA), sob pena de responsabilização da autoridade. É importante lembrar que o direito à visita deve ser respeitado sempre, mesmo nas delegacias.

**APREENSÃO DO ADOLESCENTE**

O ECA não prevê a detenção de adolescentes em delegacias e presídios, por isso deve ser examinada a possibilidade de sua liberação imediata caso não haja unidade específica para ele permanecer (artigo 107 do ECA).

O adolescente, quando apreendido por policiais, é diretamente encaminhado a uma delegacia policial e, por muitas vezes lá permanece, o que não pode ocorrer.
**COMUNICAÇÃO DA APREENSÃO**

Quando o adolescente for apreendido, as autoridade competentes como o Ministério Público, a autoridade Judiciária competente e a sua família ou pessoa por ele indicada, devem ser prontamente comunicados (artigo 107 do ECA). Isso permite que os responsáveis compareçam à delegacia, preferencialmente na companhia de um defensor público ou advogado particular.

O adolescente tem direito à defesa técnica de um advogado, papel que pode ser exercido pelo defensor público, que presta assistência jurídica gratuitamente (artigo 111 do ECA).

**PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DO ADOLESCENTE**

O adolescente só pode ser privado de sua liberdade em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (artigo 106 do ECA).

A internação antes da sentença (internação provisória) pode ser decretada pelo prazo máximo de 45 dias em estabelecimento reservado para esta finalidade – unidades de internação provisória.

**POSSIBILIDADES DE ENCAMINHAMENTO**

Após a apreensão do adolescente, seja em flagrante de ato infracional ou através de ordem judicial, há, basicamente, duas possibilidades de encaminhamento:

- **Liberção imediata através do termo de compromisso e responsabilidade assinado pelos pais/responsáveis;**

- **Em casos de flagrante, encaminhamento para uma Unidade de internação provisória para aguardar a sua apresentação ao Ministério Público;**

No caso do Rio de Janeiro o adolescente será encaminhado inicialmente ao CENSE – GCA (Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral) (UNIDADE DO DEGASE DE TRIAGEM) e depois às unidades de Internação provisória – DOM BOSCO.

Nesta unidade, o adolescente ficará aguardando sua oitiva informal (apresentação ao Ministério Público-Promotor de Justiça). Nossos filhos não cumprem pena, e sim medidas socioeducativas.

**NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA:** A internação provisória deverá ser cumprida dentro do prazo máximo de 45 dias – o juiz deverá dentro deste prazo realizar as audiências de apresentação e em continuação e proferir uma sentença/decisão definitiva sobre a culpabilidade ou não do adolescente. Sendo assim, o juiz pode aplicar ou não uma medida dependendo se for provada a culpabilidade do adolescente no caso.
Após a sua oitiva no Ministério Público o adolescente (se houver provas de autoria do cometimento de ato infracional) é encaminhado (se estiver apreendido) ou intimado (se estiver solto) a comparecer à Vara da Infância e Juventude perante o Juiz para dar início ao julgamento/ processo do adolescente.

Após ouvir o adolescente, a vítima e/ou policiais e testemunhas, o Juiz poderá, dependendo se for comprovado a culpabilidade e participação do adolescente no ato infracional, aplicar uma medida socioeducativa. Toda sentença de condenação deve ser fundamentada e, para a aplicação da medida socioeducativa de internação, deve-se levar em conta não só a gravidade do ato infracional, mas também os aspectos pessoais e o histórico do adolescente.

Importante lembrar que, caso o adolescente esteja internado provisoriamente, o juiz deve respeitar o prazo máximo de 45 dias para concluir a decisão.

Prestar atenção, pois de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas podem acontecer em meio aberto ou em meio fechado. As medidas privativas de liberdade têm caráter pedagógico.

Medidas socioeducativas que podem ser aplicadas pelo juiz:

Em face dos princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurados na Constituição Federal, o membro do Ministério Público, o juiz, advogados, Defensores Públicos e a sociedade devem zelar para que seja assegurado ao adolescente autor de ato infracional o direito à convivência familiar e comunitária.

Verificada a prática de ato infracional, de acordo com o artigo 112 do ECA, cabe à autoridade competente aplicar as medidas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento específicos.

ADVERTÊNCIA
Consiste na repreensão verbal, uma forma de alerta dada pelo juiz, que depois é escrita e assinada pelo adolescente (artigo 115 do ECA).

OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO
Quando o ato infracional envolver danos materiais, o juiz pode determinar que o adolescente devolva a coisa, indenize ou compense o prejuízo da vítima (artigo 116 do ECA).
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE (PSC)
O adolescente pode realizar tarefas gratuitas de interesse público em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários ou governamentais (artigo 117 do ECA). As tarefas devem ser atribuídas de acordo com a aptidão dos adolescentes, compreendendo, no máximo, seis horas semanais, não podendo prejudicar a frequência à escola e/ou a jornada de trabalho. O acompanhamento desta medida é feito nos CREAS. Cabe ao CREAS o acompanhamento do adolescente, contribuindo no trabalho de responsabilização quanto ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas (Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS).

Prazo máximo de cumprimento de PSC: 6 meses.

LIBERDADE ASSISTIDA (LA)
A Liberdade Assistida é aplicada sempre que for a medida mais adequada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente (artigo 118 do ECA). É um dos tipos de medida socioeducativa em meio aberto para o acompanhamento do adolescente sem afastá-lo do lar, da escola e do trabalho, sob a supervisão de uma equipe técnica. O acompanhamento desta medida é feito nos CREAS. Cabe ao CREAS o acompanhamento do adolescente, contribuindo no trabalho de responsabilização quanto ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas. (Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS)

Prazo mínimo de cumprimento de LA: 6 meses.

SEMILIBERDADE
Regime de privação parcial de liberdade.

É cumprida no CRIAAD. Neste regime, o adolescente tem a possibilidade de realizar atividades externas, independentemente de autorização judicial, sendo obrigatória a escolarização e a profissionalização (artigo 120 do ECA), sempre com o compromisso do retorno, e aos finais de semana é permitido ir para sua residência. Se for menor de idade somente poderá sair da unidade com a presença do responsável legal. No entanto, se for maior de idade ele poderá sair sem a presença do responsável.

INTERNAÇÃO
A internação constitui medida privativa de liberdade que deve ser cumprida em unidade exclusiva para adolescentes com a separação por critérios de idade, porte físico e gravidade da infração. Está previsto em lei que a internação é de no máximo três anos. O adolescente é avaliado de três em três meses e um relatório
é encaminhado pela equipe técnica da unidade para o juiz que terá ciência do comportamento do adolescente e poderá desta forma decidir se o adolescente poderá ou receber uma progressão de medida ou manutenção de medida.

**INTERNAÇÃO-SANÇÃO**

Caso o adolescente descumpra por diversas vezes e sem motivo justificado uma medida socioeducativa pode ser aplicada a chamada internação-sanção, que tem prazo máximo de 3 meses (artigo 122, § 1° do ECA). Para a sua aplicação, é preciso que seja ouvida a justificativa do adolescente para o descumprimento. Além disso, a internação-sanção não pode ser convertida em medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado.

É importante ressaltar que uma família funcional e que possui um bom diálogo com seus filhos, que dá afeto, que acompanha o adolescente e incentiva seu tratamento apresenta maior capacidade de fornecer suporte ao adolescente, influenciando-o de forma positiva em sua recuperação.

**Observações importantes para visitar os/as adolescentes:**

- Evite o consumo de bebidas alcoólicas antes da visita do/a adolescente.
- Evite roupas transparentes e decotadas.
- Em algumas unidades é proibida a entrada de cigarros.
- Procure participar das atividades dentro da unidade, como os atendimentos técnicos, grupos de familiares, etc.
- Procure sempre a direção da unidade e equipe técnica em casos de dúvidas, e solicite auxílio se verificar qualquer tipo de violação de direitos.
- Faça seu filho compreender que deve conservar a limpeza nos alojamentos para o seu bem estar.

A presença do responsável é fundamental na vida dos/as adolescentes. Leve para eles palavras positivas e evite contar problemas que podem deixá-los agitados. Neste momento devemos ajudá-los à refletir que dias melhores virão e que eles poderão desfrutá-los em breve após concluírem a medida socioeducativa.
Telefones e endereços úteis:

**Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral (CENSE-GCA)**
Unidade de triagem
Endereço: Estrada do Caricó, 111, Galeão – Ilha do Governador
Telefone: (21) 2334-6681

**UNIDADES DE INTERNAÇÃO:**

**Centro de Socioeducação Dom Bosco**
Internação provisória
Endereço: Estrada dos Maracajás, s/n – Galeão – Ilha do Governador
Telefone: (21) 2334-6650
Dias de visita: Sábados das 14h às 16h

**Centro de Socioeducação Ilha do Governador**
Endereço: Estrada do Caricó, 111 – Galeão – Ilha do Governador
Telefone: (21) 2334-6690
Dias de visita: sábado de 10h às 12:00h
Obs: chegar às 08h para reunião com grupo de acolhimento e revista.

**Centro de Socioeducação Irmã Asunción de La Gándara Ustara**
Endereço: Estrada da Companhia, Lote 09 – Roma I
Volta Redonda (RJ)

**Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves**
Endereço: Estrada Campos x São Fidelis, Km 53 – Itamaré – C. dos Goytacazes (RJ)
Telefones: (22) 2739-7968 / (22) 2739-7962
Dias de visita: Internação Provisória: sábado de 09h às 10:30h
Internação: sábado de 14h às 16h

**Centro de Socioeducação Professor Antonio Carlos Gomes da Costa**
Provisória e internação
Endereço: Estrada dos Maracajás, s/n – Galeão – Ilha do Governador
Telefone: (21) 2334-6666
Dias de visita: de segunda a sexta-feira, de 9h às 11h, e de 14h às 16h; aos sábados, excepcionalmente, de 9h30 às 11h30

**Escola João Luiz Alves (EJLA)**
Provisória e internação
Endereço: Estrada das Canárias, 569 – Galeão – Ilha do Governador
Telefone: (21) 2334-6694 Dias de visita: Quartas e Sábados das 14h às 16h
Educatório Santo Expedito (ESE)
Endereço: Estrada Guandu do Sena, s/n – Bangu
Telefone: (21) 2333-5208 – Dias de visita:Sábados e Domingos das 9h às 12h

Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo (CAI-Baixada)
Endereço: Rua Begonias, s/n – Jardim Bom Pastor – Belford Roxo
Telefone: (21) 2751-3609
Dias de visita: Internação Provisória: Quarta-feira das 14h às 16h
Internação: Quarta-feira e sábado das 9h às 12h

UNIDADES DE SEMILIBERDADE

Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD):

CRIAAD Bangu
Endereço: Rua Sidney, s/n – Bangu
Telefone: (21) 2333-4601

CRIAAD Penha
Endereço: Rua Santa Basilissa, s/n – Penha
Telefone: (21) 2332-1986

CRIAAD Ricardo de Albuquerque (CRIAAD-Menina)
Endereço: Rua Carlos Fernandes, s/n – Ricardo de Albuquerque
Telefone: (21) 2332-7801

CRIAAD Santa Cruz
Endereço: Rua Conceição de Ipanema, s/n – Santa Cruz
Telefone: (21) 2333-7217

CRIAAD Niterói
Endereço: Rua Benjamin Constant, 477 – Barreto
Telefone: (21) 3707-1530

CRIAAD São Gonçalo
Endereço: Rua Nilo Peçanha, s/n – Estrela do Norte
Telefone: (21) 3705.6170

CRIAAD Duque de Caxias
Endereço: Rua Castro Lopes, s/n – Sarapuí
Telefone: (21) 3651.1877
CRIAAD Nilópolis
Endereço: Estrada Deputado Andrade Figueira, s/n – Cabuis
Telefone: (21) 3761.2786

CRIAAD Nova Iguaçu
Endereço: Rua Venezuela, s/n – Metropole
Telefone: (21) 2886.9358

CRIAAD Barra Mansa
Endereço: Rua Siqueira Campos, 2960 – Bom Pastor
Telefone: (24) 3328.4640

CRIAAD Volta Redonda
Endereço: Rua Pará, 282 – Vila Mury
Telefone: (24) 3347.7345

CRIAAD Cabo Frio
Endereço: Rua Antonio Luiz da Fonseca, s/n – Jacaré
Telefone: (22) 2647.2436

CRIAAD Macaé
Endereço: Rua Latiffe Mussi, s/n, Loteamento Campo Grande – Novo Visconde
Telefone: (22) 2765.1250

CRIAAD Campos dos Goytacazes
Endereço: Avenida São Fidélis, 415 – Pecuária
Telefone: (22) 2725.7418

CRIAAD Nova Friburgo
Endereço: Rua Érico Coelho, s/n – Prado
Telefone: (22) 2519.3237

CRIAAD Teresópolis
Endereço: Rodovia Rio-Bahia, km 78, 1.083 – Fonte Santa
Telefone: (21) 2641.4246 ou (21) 2641.4421

TELEFONES DEGASE:

Diretor Geral – DEGASE
Alexandre Azevedo de Jesus
E-mail: dirdegase@degase.rj.gov.br
Telefone: (21) 2334-6698
Subdiretor Geral  
E-mail: subdirecao@degase.rj.gov.br  
Telefone: (21) 2332-7724

Chefe de Gabinete  
Antonio Nogueira  
E-mail: gabinete@degase.rj.gov.br  
Telefone: (21) 2334-6697

Corregedor  
Alexandre Lessa  
E-mail: corregedoria@degase.rj.gov.br  
Telefone: (21) 2334-6680

Ouvidora  
Carmem Maria Amarante  
E-mail: ouvidoria@degase.rj.gov.br  
Telefone: (21) 2334-6674

REDE DE SERVIÇOS PARA ATENDIMENTO

1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso
Endereço: Praça Onze de Junho, 403 – Cidade Nova – Rio de Janeiro (RJ)

2ª Vara da Infância, da Juventude RJ
Endereço: Rua Filomena Nunes s/n – Olaria – Rio de Janeiro (RJ)

Comissão Permanente de Assuntos da Criança do Adolescente e do Idoso – ALERJ  
Palácio Tiradentes  
Endereço: Rua Primeiro de Março, s/n – Praça XV – Rio de Janeiro (RJ)  
(21) 2588-1507

Conselho Estadual dos Direitos da Criança do Adolescente  
Endereço: Rua da Ajuda, 05, 11º andar, salas 1101 e 1103 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)  
(21) 2299-3561

Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente – Câmara Municipal do Rio de Janeiro  

Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente  
Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 455, 6º andar, sala 695 – Rio de Janeiro (RJ)  
Telefone: (21) 2503-2356
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
Endereço: Av. Marechal Câmara, nº 134, térreo – Castelo – Rio de Janeiro (RJ)

1ª Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA-RJ)
Endereço: Av. Presidente Vargas, 1.100 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)
Telefones: (21) 3399-3680 / 2223-1872

2ª Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA-RJ)
Endereço: Rua São João, 370 – Niterói (RJ)
Telefones: (21) 2717-7169 / 2717-7135

Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV-RJ)
Endereço: Av. Francisco Bicalho, 250 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)
Telefone: (21) 2334-8481 / 2332-4330 / 2334-8477

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro – CEDECA Rio de Janeiro
Telefone: (21) 3091-4666
E-mail: cedecarj@cedecarj.org.br

CEDECA – D. Luciano Mendes – São Martinho
Endereço: Rua Riachuelo, nº 7 – Lapa – Rio de Janeiro (RJ)
Telefones: (21) 2156.6538 / 21566536
E-mail: defesa@saomartinho.org.br

Núcleo CDEDICA – Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente da Defensoria Publica
Endereço: Rua São José, 35/13º andar – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: dpge@dpge.rj.gov.br
Telefones: (21) 2332-6253 / 2332-6254

DISQUE 100
Direitos da criança e adolescente
Contatos

**AMAR Nacional**
Conceição Paganelli
E-mail: amar.ong@gmail.com

**AMAR RJ**
Endereço: Rua Senador Bernardo Monteiro 179 – Benfica – Rio de Janeiro (RJ)
Telefone: (21) 2569-5370
E-mail: rj_amar@yahoo.com.br
Site: http://amarong.blogspot.com.br/

**RESPONSÁVEIS PELAS VISITAS:**

**Valéria Oliveira**
Telefones: (21) 98533-9086 / 99403-4505

**Maria de Fátima**
Telefone: (21) 99565-0321

**Maria da Glória**
Telefone: (21) 97612-7598

**RESPONSÁVEL PELA OFICINA DE COSTURA**
**PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA**

**Maria Luíza**
Telefone: (21) 98545-1155

*Junt@s podemos mudar a vida e o futuro de nossos adolescentes em conflito com a lei.*
Realização:
A AMAR/RJ agradece ao CEDECA RJ na contribuição para elaboração desta cartilha, assim como a parceria na realização do trabalho e atendimento técnico às famílias

Apoio:
Realização:

Apoio: